

**CONEXÃO ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA (QV):
ANÁLISE CRÍTICA NECESSÁRIA**

CONNECTION BETWEEN EDUCATION, HEALTH, AND QUALITY OF LIFE (QOL): A
NECESSARY CRITICAL ANALYSIS

CONEXIÓN ENTRE EDUCACIÓN, SALUD Y CALIDAD DE VIDA (CV): UN
ANÁLISIS CRÍTICO NECESARIO

Mariana de Andrade Pinto ¹ 0009-0008-5251-3349
Simone Catarine Ladeia Ledo ² 0009-0007-1920-6905

¹ Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Guanambi, Bahia, Brasil;
mariana_apinto@yahoo.com.br

² Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Guanambi, Bahia, Brasil;
siuledo@hotmail.com

RESUMO:

Trata-se de uma produção crítica analítica que busca demonstrar como educação, saúde e qualidade de vida estão intrinsecamente ligadas, uma vez que pessoas mais instruídas tendem a ter maior acesso e compreensão de informações sobre nutrição, higiene, cuidados médicos e prevenção de doenças. A proposta de uma educação crítica inspirada nas ideias de Paulo Freire capacita indivíduos com conhecimento para que adotem as melhores escolhas, resultando em maior expectativa de vida e menor incidência de doenças, com repercussões na renda, moradia, trabalho, acesso a serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida. O ensino de qualidade impacta na equidade em saúde e exige políticas intersetoriais para reduzir desigualdades e promover o bem-estar social. À luz de tais considerações, faz-se necessário analisar o conceito de qualidade de vida na concepção de Cardoso Júnior, Costa Cardoso e Pinto Nunes (2025) e reconhecê-lo como um direito universal.

Palavras-chave: saúde; educação; qualidade de vida; interconexão.

ABSTRACT:

This study is an analytical and critical production that seeks to demonstrate how education, health, and quality of life are intrinsically interconnected, since more educated individuals tend to have greater access to and understanding of information about nutrition, hygiene, medical care, and disease prevention. The proposal of a critical education inspired by the ideas of Paulo Freire equips individuals with knowledge that enables them to make better choices, resulting in increased life expectancy and a lower incidence of diseases, with repercussions for income, housing, work, access to services, and, consequently, quality of life. Quality education impacts health equity and requires intersectoral policies to reduce inequalities and promote social well-being. In light of these considerations, it becomes necessary to analyze the concept of quality of life according to the perspective of Cardoso Júnior, Costa Cardoso and Pinto Nunes (2025) and to recognize it as a universal right.

Keywords: health; education; quality of life; interconnection.

RESUMEN:

Se trata de una producción crítico-analítica que busca demostrar cómo la educación, la salud y la calidad de vida están intrínsecamente relacionadas, ya que las personas con mayor nivel educativo tienden a tener un mejor acceso y comprensión de la información sobre nutrición, higiene, atención médica y prevención de enfermedades. La propuesta de una educación crítica inspirada en las ideas de Paulo Freire capacita a los individuos mediante el conocimiento para que adopten las mejores decisiones, lo que se traduce en una mayor esperanza de vida y una menor incidencia de enfermedades, con repercusiones en los ingresos, la vivienda, el trabajo, el acceso a los servicios y, en consecuencia, en la calidad de vida. Una educación de calidad influye en la equidad en salud y exige políticas intersectoriales orientadas a reducir las desigualdades y promover el bienestar social. A la luz de estas consideraciones, resulta necesario analizar el concepto de calidad de vida desde la perspectiva de Cardoso Júnior, Costa Cardoso y Pinto Nunes (2025) y reconocerlo como un derecho universal.

Palabras clave: salud; educación; calidad de vida; interconexión

Introdução

Em razão das profundas transformações sociais, econômicas e culturais que marcam o mundo contemporâneo, a qualidade de vida tornou-se um tema central nos últimos tempos. O avanço tecnológico, a intensificação do ritmo de trabalho, as exigências por produtividade e as mudanças nas relações sociais têm impactado diretamente o bem-estar físico, mental e emocional das pessoas, jovens ou idosos. Nesse contexto, discutir qualidade de vida significa refletir sobre as condições que possibilitam viver com dignidade, equilíbrio e sentido, ou seja, viver mais e melhor.

Ao longo dos anos, o conceito de QV vem sofrendo adaptações, ampliando o objetivo proposto em seu surgimento, quando os cuidados da saúde foram influenciados por mudanças sociais e pelo surgimento de novos modelos epidemiológicos do processo saúde-doença. Atualmente, a qualidade de vida é compreendida como um conceito multifacetado, atravessado por diversas dimensões, tais como a saúde física, o bem-estar psicológico, o grau de autonomia, as condições materiais de existência e as relações sociais. Essa complexidade tem conduzido pesquisadores a interpretá-la a partir de uma perspectiva ampliada, que incorpora, de modo indissociável, os condicionantes econômicos e políticos que estruturam a vida social.

O conceito de qualidade de vida está imbuído de subjetividade, sendo diferente para cada indivíduo e oscila ao longo da sua vida. No entanto, o conhecimento, os valores, as oportunidades, embutidos na bagagem de cada ser humano, influencia em suas escolhas, hábitos, estilo de vida, por conseguinte, na sua qualidade de vida. Dessa forma, necessário

a defesa de uma educação crítica, fundamentada nas concepções de Paulo Freire, que promove a formação de sujeitos conscientes e esclarecidos, capazes de realizar escolhas mais adequadas ao longo da sua existência. Tal processo contribui para a ampliação da expectativa de vida e para a redução da incidência de doenças, refletindo positivamente nas condições de renda, moradia, trabalho e no acesso aos serviços sociais.

De acordo com Freire (2016), a educação configura-se como um ato eminentemente político, na medida em que promove o desenvolvimento da consciência crítica e a construção da autonomia do sujeito. Assim, analisando tal concepção sob a perspectiva das ideias apresentadas por Cardoso Júnior, Cardoso e Nunes (2025), no livro *Qualidade de Vida: educação, saúde, trabalho e sociedade*, esse texto busca enfatizar as interconexões do conhecimento dos indivíduos com o seu estilo de vida, sua saúde e, conseqüentemente, com a sua qualidade de vida (QV).

Metodologia

A metodologia pode ser compreendida como o percurso teórico e metodológico adotado para a realização de uma pesquisa, orientando a produção do conhecimento científico de forma sistemática, organizada e passível de verificação. Nesse sentido, ela reúne procedimentos, técnicas e estratégias que possibilitam a investigação da realidade estudada, garantindo rigor científico e confiabilidade aos resultados obtidos.

Partindo da estreita relação entre educação, saúde e qualidade de vida, este estudo busca evidenciar que o conhecimento também se constitui como fonte de autoestima, emancipação e cuidado. A educação, ao promover o desenvolvimento humano e ampliar as possibilidades de participação social, exerce papel fundamental na construção de condições que favorecem o bem-estar individual e coletivo, contribuindo para uma vida mais saudável e significativa.

Recorremos, ainda, ao conceito multifacetado de qualidade de vida apresentado por Cardoso, Nunes e Fagundes (2025), a fim de possibilitar uma abordagem reflexivo-crítica sobre a temática. Tal perspectiva permite compreender a qualidade de vida para além dos aspectos físicos e materiais, contemplando dimensões subjetivas, sociais, emocionais e laborais que influenciam diretamente a experiência dos indivíduos em seus diferentes contextos de vida e trabalho.

Trata-se, pois, de um estudo de natureza crítico-reflexiva que pretende provocar um despertar social acerca da importância de uma educação libertadora e transformadora, capaz de ultrapassar os limites da sala de aula e contribuir para que os sujeitos vivam mais e melhor. Ao discutir cientificamente essa conexão, busca-se ampliar o debate sobre os impactos da educação na promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida. Esse é o caminho investigativo que orienta a presente pesquisa.

Saúde e qualidade de vida: influências e perspectivas

O avanço do neoliberalismo tem exercido forte influência sobre a compreensão do que seria saúde e qualidade de vida, ao submeter direitos sociais à lógica do mercado, da produtividade e da eficiência econômica. Nesse contexto, políticas públicas tendem a ser reduzidas, a proteção social é fragilizada e o bem-estar passa a ser interpretado como responsabilidade individual, desvinculado das condições estruturais que o produzem. Tal racionalidade transforma saúde, educação, moradia e trabalho em mercadorias, acessíveis prioritariamente àqueles que podem pagar por elas, aprofundando desigualdades e precarizando as condições de vida da maioria da população. A qualidade de vida, assim, é frequentemente apropriada pelo discurso neoliberal como um produto ou estilo de vida, ocultando seu caráter coletivo, histórico e socialmente construído.

Segundo Almeida, Casotti e Sena (2018), o conceito de saúde pode ser abordado sob diferentes enfoques: “o primeiro baseado na Teoria Bioestática da Saúde; o segundo, proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e, na sequência, o conceito de saúde positiva”. Assim, a saúde entendida como “ausência de doença” decorre da Teoria Bioestática, criada por Cristpher Boorse, em 1970, que limita o conceito à dimensão biológica, restringindo-se ao ser corporal, unidimensional.

Por sua vez, segundo a OMS, a saúde “é um estado de completo bem-estar e não consiste apenas em ausência de doença ou de enfermidade” (Gaino, *et al*, p.110). Apesar de tal conceito superar a Teoria Biostática, trata-se de condição subjetiva e, portanto, inalcançável. Segundo Nahas, numa perspectiva mais holística, a saúde é considerada como uma condição humana com dimensões física, social e psicológica, caracterizadas num contínuo, com polos positivo e negativo (Nahas, 2017, p22). De acordo, entretanto, com o conceito de saúde positiva mudanças comportamentais quando realizadas positivamente mostram-se aliadas aos objetivos de ser saudável.

Agrega-se, assim, ao conceito de saúde, outro elemento a ser considerado nesse estudo, qual seja, o estilo de vida, que pode ser entendido como adoção de comportamentos positivos (alimentação adequada, prática de atividades físicas regulares, controle do estresse, dentre outros), que interferem de forma benéfica na saúde e na qualidade de vida. Etimologicamente, o termo qualidade de vida (QV) deriva do latim *qualis* e significa um modo de ser característico de algo, em si mesmo ou relacionado a outro diferente, podendo assumir significados positivos ou negativos (Cardoso Júnior; Cardoso; Nunes, 2025).

Assim, QV pode ser entendida como a percepção dos sujeitos sobre sua posição perante a sociedade, permeada por sua cultura, valores e cotidiano. Além disso, ela abarca as expectativas e formas de pensar a vida desses sujeitos (Cardoso; Nunes; Fagundes, 2025). Sob essa perspectiva, hodiernamente, o conceito de qualidade de vida envolve múltiplos fatores como prazer, saúde, disposição, satisfação, longevidade, completude nas relações familiares, no trabalho, no lazer, na religiosidade ou na vida social, por exemplo (Cardoso; Nunes; Fagundes, 2025).

Atualmente, a qualidade de vida está diretamente relacionada às condições de vida, ao acesso à educação, moradia, alimentação, trabalho digno, lazer, segurança e serviços de saúde. Nesse sentido, a qualidade de vida envolve não apenas o bem-estar físico, mas também aspectos as transformações econômicas e sociais influenciadas pelo neoliberalismo têm impactado profundamente a forma como a sociedade compreende a saúde e a qualidade emocionais, sociais e ambientais que interferem na maneira como os indivíduos vivem e percebem sua própria existência.

O neoliberalismo, fundamentado na valorização do mercado, na competitividade e na redução da atuação do Estado nas políticas sociais, promove uma lógica de responsabilização individual pelos sucessos e fracassos da vida social. Desse modo, questões coletivas passam a ser interpretadas como resultado exclusivo das escolhas pessoais dos indivíduos. Assim, Cardoso Júnior, Cardoso e Nunes (2025, p.21), fazem a ressalta que:

Os indivíduos que formam uma coletividade, devem trazer em suas reflexões o sentido da educação ampla da sociedade contemporânea e o do legítimo bem estar das futuras gerações. Um olhar científico educacional para o fenômeno da qualidade de vida pode produzir resultados amplos e sustentáveis no erigir das concepções de justiça, igualdade, liberdade e fraternidade.

Contudo, seguindo a teoria de Paulo Freire (2016), a educação constitui um importante instrumento de conscientização e emancipação social, permitindo que o

indivíduo compreenda criticamente a sua realidade e se torne capaz de transformá-la. Nesse sentido, a educação ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos, favorecendo a formação de pessoas mais conscientes, questionadoras e participativas em seu contexto de vida. Indivíduos capazes de compreender a saúde, a qualidade de vida e outros direitos sociais, de forma crítica coletiva e multidimensional, reconhecem que o bem-estar humano não depende exclusivamente das escolhas individuais, mas também das condições sociais, econômicas e políticas disponibilizadas à população.

Essa visão multidimensional entende que a saúde e a qualidade de vida são frutos diretos das condições em que as pessoas vivem, trabalham e se desenvolvem, superando a ideia de que o bem-estar é responsabilidade apenas das escolhas e dos comportamentos individuais. Os principais pilares dessa compreensão incluem: multidimensionalidade, por meio da qual a saúde é influenciada por fatores econômicos (renda, desigualdade), sociais (educação, rede de apoio, violência) e políticos (acesso a leis, moradia digna, saneamento básico); Crítica Coletiva, que refere-se a problemas de saúde pública e exigem políticas estruturais e investimentos públicos, e não apenas soluções focadas no indivíduo e direitos sociais, por meio dos quais o acesso à saúde é um direito universal garantido que deve ser promovido pelo Estado. No Brasil, esse entendimento é a base do conceito ampliado de saúde adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS reconhece que a saúde depende da alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso aos serviços de saúde (Brasil, 2023).

Portanto, discutir saúde e qualidade de vida implica refletir sobre desigualdade social, valorização do trabalho, acesso aos direitos fundamentais e fortalecimento das políticas públicas. Somente por meio de ações coletivas e do compromisso do Estado com a promoção da justiça social será possível construir uma sociedade mais saudável, igualitária e com melhores condições de vida para todos.

Educação libertadora e os determinantes sociais da saúde

A educação tem papel fundamental numa sociedade, pois, por meio da instrução é possível a formação de cidadãos críticos, reflexivos, capazes de atuarem numa comunidade, sobretudo no mundo em que se encontram inseridos. Fundamentada pelo educador Paulo Freire (2016), a educação libertadora propõe que o ensino não seja uma simples transmissão de conteúdo, mas um ato político de construção de conhecimento.

Entretanto, as práticas neoliberais presentes no sistema educacional, tornam-se obstáculos para a propagação democrática do conhecimento proposto por Paulo Freire (2016), necessário à formação de indivíduos críticos conscientes, que não entendam a qualidade de vida como um fator mercadológico e sim como um direito do cidadão. Sob a ótica da racionalidade capitalista, a educação é instrumentalizada para atender às demandas do mercado de trabalho, esvaziando seu potencial emancipatório e relegando a formação humana crítica a um plano secundário, em oposição ao que defende Paulo Freire.

Assim, a falta de acesso à educação, juntamente com outras desigualdades sociais (raça, cor, localização geográfica), gera grandes diferenças na saúde entre grupos populacionais, sendo um desafio central para as políticas públicas nacionais. Pesquisas demonstram que níveis mais altos de educação estão correlacionados com melhores empregos, maior renda e, conseqüentemente, condições de moradia, saneamento, alimentação e acesso a lazer, todos fatores cruciais para a saúde (OMS, 2025).

Necessário, portanto, a fim de melhor analisar a interconexão entre educação, saúde e qualidade de vida, considerar as influências dos determinantes sociais da saúde, como condições sociais, econômicas, culturais e ambientais em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem (OMS, 2025), no estilo de vida dos sujeitos. Eles impactaram diretamente a chance de ter uma vida longa e saudável, englobando: renda e escolaridade, que são fatores que ditam o acesso a bens de consumo, cultura e lazer; moradia e saneamento, entendidos como estrutura básica para evitar o adoecimento e promover o bem-estar diário e acesso à saúde, que diz respeito à igualdade de oportunidades para prevenção e tratamento de doenças (OMS, 2025). Tais marcadores, estão intrinsecamente ligados ao modelo de educação emancipadora de Paulo Freire (2005) com foco na autonomia, criticidade e participação social.

Deveras, transformar pessoas de meros receptores de informação em sujeitos ativos no cuidado de sua própria saúde e da comunidade, através de metodologias dialógicas como a Educação Popular em Saúde (Cruz *et al.*, 2024), nos termos da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), rompe com o modelo neoliberal e promove a cidadania e empodera os indivíduos para a mudança social e o bem viver.

A Educação Popular em Saúde (EPS) é uma prática político-pedagógica que promove o diálogo horizontal entre o saber científico e o popular. Inspirada na pedagogia de Paulo Freire, ela busca o protagonismo comunitário, o fortalecimento do SUS e a transformação social, indo além da mera transmissão de normas de higiene (Fundação Oswaldo Cruz, 2024, p. 15).

A prática se baseia em valores fundamentais para a saúde coletiva, quais sejam: diálogo e horizontalidade, que permite ao profissional de saúde e ao paciente aprenderem juntos, sem posição de saberes; visão integral do sujeito, busca compreender o indivíduo a partir de sua comunidade, história e cultura e equidade e emancipação, por meio das quais pretende-se a proteção às desigualdades e incentivo à autonomia e ao senso crítico da população (Fundação Oswaldo Cruz, 2024).

Assim, sob essa perspectiva busca-se desenvolver a consciência crítica e a autonomia das pessoas sobre sua saúde, valorizando os saberes populares e promovendo a participação ativa na busca por soluções, indo além da simples transmissão de informações e focando nas causas sociais dos problemas de saúde para construir uma sociedade mais justa e democrática, especialmente dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (Cruz *et al.*, 2024). Esse tipo de instrução se opõe à visão tradicional da educação bancária, evoluindo a relação educador-educando em um diálogo horizontal e comprometido com a transformação social, o empoderamento ou formação do sujeito e o enfrentamento das opressões, conforme preconiza Paulo Freire (2016).

Qualidade de vida sob a concepção de Cardoso Júnior, Cardoso e Nunes (2025)

Nas últimas décadas, embora as instituições de ensino tenham avançado no que diz respeito à Ciência da Educação, ainda adotam o domínio de conteúdo, ao invés da reflexão. Tal modelo surge como obstáculo à abordagem da qualidade de vida, que se constitui como um desafio complexo, não apenas pela dificuldade de definição conceitual, mas também por se tratar de um tema profundamente atravessado por dimensões subjetivas e percepções individuais.

A noção de qualidade de vida, embora amplamente difundida no discurso social, acadêmico e político, ainda é cercada por interpretações simplificadas e reducionistas. No livro *Qualidade de vida: educação, saúde, trabalho e sociedade*, de Welton Cardoso Júnior, Berta Leni Costa Cardoso e Cláudio Pinto Nunes, de 2025, os autores problematizam essa compreensão restrita, evidenciando que qualidade de vida não pode ser confundida apenas com bem-estar material, consumo ou ausência de doenças. Trata-se de um conceito complexo, multidimensional e historicamente construído, que envolve fatores objetivos e subjetivos articulados às condições sociais de existência.

Os autores destacam que um dos principais equívocos em torno da qualidade de vida reside na sua apropriação pelo discurso neoliberal, que tende a individualizar responsabilidades e deslocar para o sujeito a tarefa de “cuidar de si”, ignorando as determinações estruturais que moldam a vida cotidiana. Nessa perspectiva, qualidade de vida passa a ser associada a estilo de vida saudável, desempenho produtivo e adaptação às exigências do mercado, obscurecendo desigualdades sociais, econômicas e culturais que condicionam as possibilidades reais de escolha dos indivíduos.

Ao discutir a dimensão educacional, o livro evidencia que a educação exerce papel central na construção da qualidade de vida, não apenas como meio de ascensão social, mas como processo de formação crítica e emancipatória.

A educação continua no centro da criação e da difusão do conhecimento e da cultura. Ela por meio da sua livre e indispensável autonomia, pode questionar e investigar os problemas, assim, também levantar as possíveis soluções às questões que surgem em cronologia com dilemas existenciais e com necessidades humanas de cada sociedade ou planeta (Cardoso Júnior; Cardoso; Nunes, 2025, p.19).

A educação, quando comprometida com a cidadania e a justiça social, amplia a capacidade de compreensão da realidade, fortalece a participação social e contribui para a construção de projetos de vida mais autônomos. Assim, desmistifica-se a ideia de que qualidade de vida é resultado exclusivo de esforço individual, reafirmando seu caráter coletivo e político.

No campo da saúde e do trabalho, os autores, ressaltam que qualidade de vida não se resume à ausência de enfermidades ou à inserção no mercado formal de emprego. As condições de trabalho, a precarização laboral, o ritmo produtivo intenso e a fragilização das políticas públicas impactam diretamente a saúde física e mental dos sujeitos. Nahas (2017, p. 13), numa ampla perspectiva, defende que, QV é: “a percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros, individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”.

Dessa forma, a qualidade de vida deve ser compreendida a partir da articulação entre saúde, trabalho e proteção social, considerando as relações de poder que atravessam esses campos. Nesse cenário, desmistificar a ideia de qualidade de vida implica reconhecê-la como um constructo social que reflete projetos de sociedade em disputa.

Assim, de acordo com Cardoso Júnior, Cardoso e Nunes (2025), pensar qualidade de vida exige ultrapassar abordagens individualizantes e incorporar uma análise crítica das condições históricas, econômicas e sociais que estruturam a vida humana. De acordo com

tal perspectiva, a qualidade de vida se constitui como um direito social, indissociável da garantia de políticas públicas, da valorização do trabalho, do acesso à educação de qualidade e da promoção da equidade social indo, assim, ao encontro da educação libertadora freiriana.

Conclusão

Investir em educação é uma estratégia essencial para a promoção da saúde, pois ela capacita o indivíduo e, ao mesmo tempo, atua como uma poderosa alavanca para melhorar outros determinantes sociais, reduzindo iniquidades e promovendo uma vida mais saudável e equitativa para todos. A educação promove a autonomia para tomar decisões sobre a própria saúde e a capacidade de mudar padrões de vida, contribuindo para a mudança cultural e a melhoria da qualidade de vida.

Refletir sobre o conceito de qualidade de vida implica ir além de perspectivas centradas apenas no indivíduo, exigindo uma compreensão crítica das condições históricas, econômicas e sociais que moldam a existência humana, identificadas como determinantes sociais. Sob essa ótica, a qualidade de vida configura-se como um direito social, diretamente vinculada à efetivação de políticas públicas, ao reconhecimento e à valorização do trabalho, à garantia de uma educação de qualidade e à promoção da justiça e da equidade social.

Nesse viés, a educação emancipadora na saúde é uma ferramenta política e pedagógica para construir uma sociedade mais saudável e democrática, onde cada indivíduo é um sujeito ativo na sua saúde e na construção do bem comum. Acreditamos, assim, que o cidadão consciente, que luta pelo seu direito de ter saúde, lazer, educação de qualidade possui uma melhor qualidade de vida, sendo, portanto, mais resistente às influências do mercantilismo.

Referências

ALMEIDA, Cláudio Bispo de; CASOTTI, Cezar Augusto; SENA, Edite Lago da Silva. Reflexões sobre a complexidade de um estilo de vida saudável. **Avances en Enfermería**, Bogotá, v. 36, n. 2, p. 220-229, 2018. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/67244> DOI: 10.15446/av.enferm.v36n2.67244. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

CARDOSO JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Berta L. C.; NUNES, Claudio Pinto. **Qualidade de vida: educação, saúde, trabalho e sociedade**. Ilhéus: Editus; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2025.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; SILVA, José Carlos da; DANIELSKI, Kellin; BRITO, Pedro Nascimento Araujo. Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, p. e230550, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (Fiocruz). **Educação Popular em Saúde**. Portal Fiocruz, Ano da publicação. Disponível em: <https://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/educacao-popular-em-saude>. Acesso em: 18 de mai. 2026.

GAINO, Loraine Vivian; SOUZA, Jacqueline de; CIRINEU, Cleber Tiago; TULIMOSKY, Talissa Daniele. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**. 2018 Abr.-Jun.;14(2): 108-116

NAHAS, Markus Vinícius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 7. ed. Londrina: Midiograf, 2017.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Determinantes Sociais da Equidade em Saúde (2024/2025)**. Genebra: OMS, 2025.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Mariana de Andrade Pinto Graduada em Direito. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente da UNEB. Integrante do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física da UNEB. Analista Judiciária e Assessora de Juiz do TJ/BA.

Contribuição de autoria: Conceituação, Metodologia, Análise Formal, Redação – rascunho original.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4310176886164555>

Simone Catarine Ladeia Ledo. Licenciada em Educação Física e professora efetiva da Rede Estadual de Educação Básica. Mestranda em Educação e Formação Docente pela UNEB. Integrante do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física da UNEB.

Contribuição de autoria: Conceituação, Metodologia, Análise Formal, Investigação, Escrita – revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7430902313935818>

Como citar este artigo

PINTO, Mariana de Andrade; LEDO, Simone Catarine Ladeia. Conexão entre educação, saúde e qualidade de vida (qv): análise crítica necessária. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 5 n. 5, 2026. DOI: 10.22481/redupa.v5i5.19706